

BW Guirapá I S.A.

***Demonstrações Financeiras Individuais e
Consolidadas Referentes ao Exercício
Findo em 31 de Dezembro de 2015
e Relatório dos Auditores Independentes***

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
BW Guirapá I S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BW Guirapá I S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Atraso na construção das plantas de geração de energia elétrica

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as controladas da Companhia que detêm as concessões para exploração do serviço de geração de energia eólica não concluíram, no prazo de 1 de julho de 2014, a construção de suas respectivas plantas de geração de energia elétrica. Desde a referida data, a Administração protocolou sucessivos pedidos de postergação de prazo e isenção de penalidades na Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Considerando o atual estágio das negociações com a ANEEL, não foi possível nos satisfazermos quanto à inexistência de impactos financeiros que possam vir a afetar negativamente de forma material as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, se houver, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BW Guirapá I S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Continuidade operacional da Companhia

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as controladas da Companhia encontravam-se em 31 de dezembro de 2015 na fase pré-operacional de construção de suas respectivas plantas de geração eólica, tendo recebido em fevereiro de 2016 autorização para entrada em operação das referidas plantas pela Aneel, conforme mencionado na nota explicativa 23.b. Em 31 de dezembro de 2015, o sucesso das operações futuras e o equilíbrio do capital circulante líquido, que se encontra negativo em R\$122.745 mil no consolidado, dependem do suporte financeiro dos acionistas para pagamento dos passivos até que as operações sejam iniciadas e as controladas da Companhia comecem a gerar caixa esperado pela Administração. A não confirmação do referido suporte financeiro coloca em dúvida a continuidade dos negócios da Companhia, já que a mesma não tem geração própria de caixa para saldar os seus compromissos. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2016


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ


Antonio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4

BW GUIRAPÁ I.S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS INDIVIDUAL E CONSOLIDADO LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	25	11	1.106	136
Aplicações financeiras	6	44.618	34.534	50.808	34.555
Impostos a recuperar		-	28	347	366
Outros		-	2	3	22
Total dos ativos circulantes		<u>44.643</u>	<u>34.575</u>	<u>52.264</u>	<u>35.079</u>
NÃO CIRCULANTE					
Investimentos	7	494.687	159.971	-	-
Imobilizado	8	600	649	889.955	674.570
Intangível	9	-	-	35.683	28.250
Total dos ativos não circulantes		<u>495.287</u>	<u>160.620</u>	<u>925.638</u>	<u>702.820</u>
TOTAL DOS ATIVO		<u><u>539.930</u></u>	<u><u>195.195</u></u>	<u><u>977.902</u></u>	<u><u>737.899</u></u>
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	10	-	-	28.469	35.811
Debêntures	11	-	-	109.602	485.629
Financiamentos BNDES	12	-	-	34.089	-
Fiança	13	-	-	1.129	-
Obrigações fiscais	14	188	148	1.486	319
Obrigações trabalhistas		214	284	215	284
Transações com partes relacionadas	20	19	83	19	83
Total dos passivos circulantes		<u>421</u>	<u>515</u>	<u>175.009</u>	<u>522.126</u>
NÃO CIRCULANTE					
Financiamentos BNDES	12	-	-	238.082	-
Provisão para custos socioambientais e desmobilização	15	-	-	25.302	21.093
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>263.384</u>	<u>21.093</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social integralizado	16	580.027	224.488	580.027	224.488
Prejuízos acumulados		(40.518)	(29.808)	(40.518)	(29.808)
Total do patrimônio líquido		<u>539.509</u>	<u>194.680</u>	<u>539.509</u>	<u>194.680</u>
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>539.930</u></u>	<u><u>195.195</u></u>	<u><u>977.902</u></u>	<u><u>737.899</u></u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

BW GUIRAPÁ I.S.A.

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAL E CONSOLIDADA DOS RESULTADOS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais - exceto prejuízo por ação em R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas com pessoal		(4.359)	(4.525)	(4.359)	(4.530)
Serviços profissionais contratados		(2.021)	(3.601)	(3.560)	(4.762)
Viagens e estadias		(873)	(1.042)	(873)	(1.122)
Despesas com seguros		(1.268)	(133)	(1.283)	(263)
Impostos, taxas e publicações		(54)	(99)	(1.123)	(579)
Depreciações	8	(53)	(39)	(90)	(80)
Despesas de aluguel / localização		(449)	(335)	(449)	(389)
Despesas com transmissão de energia		-	-	(602)	-
Outras despesas gerais e administrativas		(93)	(160)	(311)	(214)
Equivalência patrimonial	7	(3.754)	(6.773)	-	-
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		<u>(12.924)</u>	<u>(16.707)</u>	<u>(12.650)</u>	<u>(11.939)</u>
RESULTADO FINANCEIRO					
Juros sobre debêntures		-	-	(61.816)	(51.271)
Juros empréstimos BNDES		-	-	(3.224)	-
Fiança bancária		-	-	(1.148)	-
Comissão de estruturação e coordenação de dívidas		-	-	(10.545)	-
Outras despesas com financiamentos BNDES e debêntures		-	-	(440)	(2.507)
Despesas financeiras capitalizados		-	-	77.207	49.892
Outras despesas financeiras		(13)	(6)	(221)	(202)
Receitas de aplicações financeiras		3.338	1.482	3.722	6.331
Receitas financeiras capitalizadas		-	-	(384)	(4.017)
		<u>3.325</u>	<u>1.476</u>	<u>3.151</u>	<u>(1.774)</u>
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
		(9.599)	(15.231)	(9.499)	(13.713)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
		<u>(1.111)</u>	<u>(480)</u>	<u>(1.211)</u>	<u>(1.998)</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO					
		<u>(10.710)</u>	<u>(15.711)</u>	<u>(10.710)</u>	<u>(15.711)</u>
Prejuízo do exercício por ação em reais	16 C	<u>(18,39)</u>	<u>(61,13)</u>		

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

BW GUIRAPÁ I.S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL E CONSOLIDADO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora e Consolidado	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Prejuízo do exercício	(10.710)	(15.711)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u>(10.710)</u>	<u>(15.711)</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

BW GUIRAPÁ I S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL E CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social			Prejuízos acumulados	Total
		Subscrito	A integralizar	Integralizado		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		224.488	(91.000)	133.488	(14.097)	119.391
Integralização de capital:						
16 de outubro		-	18.000	18.000	-	18.000
30 de outubro		-	25.000	25.000	-	25.000
4 de dezembro		-	22.000	22.000	-	22.000
29 de dezembro		-	26.000	26.000	-	26.000
Prejuízo do exercício		-	-	-	(15.711)	(15.711)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		224.488	-	224.488	(29.808)	194.680
Integralização de capital:						
28 de abril	16	75.539	-	75.539	-	75.539
1 de setembro	16	25.000	-	25.000	-	25.000
15 de outubro	16	219.000	-	219.000	-	219.000
8 de dezembro	16	36.000	-	36.000	-	36.000
Prejuízo do exercício		-	-	-	(10.710)	(10.710)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		580.027	-	580.027	(40.518)	539.509

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAL E CONSOLIDADO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(9.599)	(15.231)	(9.499)	(13.713)
Equivalência patrimonial	7	3.754	6.773	-	-
Depreciação e amortização	8	53	39	90	80
(Aumento) redução de ativos					
(Aumento) redução de impostos a recuperar		28	14	16	(321)
(Aumento) redução de outros créditos		2	(2)	17	(22)
Aumento (redução) de passivos					
Aumento (redução) em obrigações trabalhistas		(70)	61	(69)	61
Aumento (redução) em obrigações fiscais		40	(20)	1.167	101
Imposto de renda e contribuição social pagos		(995)	(479)	(1.177)	(894)
Aumento (redução) em outras contas a pagar		(64)	66	(64)	66
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(6.851)	(8.779)	(9.519)	(14.642)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Aplicação financeira		(10.200)	(2.985)	(15.983)	52.054
Aquisição de imobilizado	8	(4)	(222)	(141.874)	(226.790)
Aumento de capital em controladas	7	(338.470)	(79.019)	-	-
Aumento intangível	9	-	-	(6.132)	(3.476)
caixa líquido aplicados nas atividades de investimento		(348.674)	(82.226)	(163.989)	(178.212)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Pagamento debêntures - Principal	11	-	-	(341.217)	101.865
Pagamento debêntures - Juros	11	-	-	(108.796)	-
Financiamento BNDES	12	-	-	270.582	-
Pagamento de financiamento - Principal	12	-	-	(760)	-
Pagamento de financiamento - Juros	12	-	-	(870)	-
Integralização de capital	16	355.539	91.000	355.539	91.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		355.539	91.000	174.478	192.865
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		14	(5)	970	11
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	11	16	136	125
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	25	11	1.106	136
		14	(5)	970	11

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

BW GUIRAPÁ I S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A BW Guirapá I S.A. (“Companhia”), com sede na Praça XV de Novembro, 34, 10º andar, foi constituída em 1º de fevereiro de 2012, tendo como objetivo a participação no capital de outras sociedades que tenham como objeto o segmento de energia eólica. A Companhia tem como acionistas a Brazil Wind S.A. e o Santander Participações S.A.

A Companhia atua como empresa “*holding*” destinada, exclusivamente, aos investimentos relacionados ao empreendimento denominado “Complexo Guirapá”, composto por sete parques eólicos denominados “Centrais Eólicas”, através do Leilão de Energia de Reserva - LER 2011 promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

As Centrais Eólicas têm como objetivo a exploração do ramo de geração de energia elétrica como produtora independente, sendo localizados nos municípios de Pindaí e Caetitê no Estado da Bahia.

Em 31 de dezembro de 2015, as Centrais Eólicas encontravam-se em fase pré-operacional e enquanto não iniciam suas operações, suas atividades são mantidas através de recursos dos acionistas e de financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentava capital circulante líquido negativo de R\$122.745 (R\$487.047 em 31 de dezembro de 2014) no consolidado. A Administração entende que tal situação será revertida mediante recursos dos acionistas, liberação de recursos do BNDES e os recursos provenientes da entrada em operação dos parques, ocorrida em fevereiro de 2016.

O Complexo Guirapá é composto pelas seguintes Centrais Eólicas:

	<u>Capacidade de produção instalada</u>	<u>Data prevista para entrada em operação</u>
Central Eólica Angical	12,95 MW	01/02/2016
Central Eólica Caititu	22,20 MW	01/02/2016
Central Eólica Coqueirinho	29,60 MW	01/02/2016
Central Eólica Corrupião	27,75 MW	01/02/2016
Central Eólica Inhambu	31,45 MW	01/02/2016
Central Eólica Tamanduá Mirim	29,60 MW	01/02/2016
Central Eólica Teiú	16,65 MW	01/02/2016

Os contratos de reserva de energia de todas as Centrais Eólicas foram firmados com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE por um prazo de 20 anos. Informações detalhadas sobre as questões regulatórias e os novos prazos solicitados para a entrada em operação dos parques, estão descritas na nota 1.3.

A seguir, um resumo das características operacionais de cada Central Eólica:

Central Eólica Angical S.A. - “CE Angical”

A Companhia foi autorizada a se estabelecer como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 35 anos, de acordo com a Portaria MME nº 37, de 3 de fevereiro de 2012, mediante a implantação do projeto acima referido com uma potência instalada inicial de 16,0 MW e 6,0 MW médios de garantia física de energia. Posteriormente, em julho de 2012, foi apresentado um pedido à ANEEL para alteração da potência instalada, que atualmente é de 12,95 MW. Este pedido foi aprovado pelo Ministério de Minas e Energia - MME por meio da Portaria nº 95, de 7 de novembro de 2013.

O total de investimento para a construção do parque foi de aproximadamente R\$68.000 (não auditado), realizado mediante aporte de acionista e captação de recursos junto a instituições financeiras.

Central Eólica Caititu S.A. - “CE Caititu”

A CE Caititu foi autorizada a se estabelecer como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 35 anos, de acordo com a Portaria MME nº 54, de 9 de fevereiro de 2012, mediante a implantação do projeto acima referido com uma potência instalada inicial de 20,8 MW e 10,5 MW médios de garantia física de energia. Posteriormente, em julho de 2012, foi apresentado um pedido à ANEEL para alteração da potência instalada, que atualmente é de 22,2 MW. Este pedido foi aprovado pelo Ministério de Minas e Energia - MME por meio da Portaria nº 71, de 21 de novembro de 2013.

O total de investimento para a construção do parque foi de aproximadamente R\$119.000 (não auditado), realizado mediante aporte de acionista e captação de recursos junto a instituições financeiras.

Central Eólica Coqueirinho S.A. - “CE Coqueirinho”

A CE Coqueirinho foi autorizada a se estabelecer como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 35 anos, de acordo com a Portaria MME nº 53, de 9 de fevereiro de 2012, mediante a implantação do projeto acima referido com uma potência instalada inicial de 22,4 MW e 13,5 MW médios de garantia física de energia. Posteriormente, em julho de 2012, foi apresentado um pedido à ANEEL para alteração da potência instalada, que atualmente é de 29,6 MW. Este pedido foi aprovado pelo Ministério de Minas e Energia - MME por meio da Portaria nº 58, de 18 de fevereiro de 2014.

O total de investimento para a construção do parque foi de aproximadamente R\$150.000 (não auditado), realizado mediante aporte de acionista e captação de recursos junto a instituições financeiras.

Central Eólica Corrupião S.A. - “CE Corrupião”

A CE Corrupião foi autorizada a se estabelecer como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 35 anos, de acordo com a Portaria MME nº 70, de 22 de fevereiro de 2012, mediante a implantação do projeto acima referido com uma potência instalada inicial de 22,4 MW e 13,7 MW médios de garantia física de energia. Posteriormente, em julho de 2012, foi apresentado um pedido à ANEEL para alteração da potência instalada, que atualmente é de 27,75 MW. Este pedido foi aprovado pelo Ministério de Minas e Energia - MME por meio da Portaria nº 102, de 25 de novembro de 2013.

O total de investimento para a construção do parque foi de aproximadamente R\$135.000 (não auditado), realizado mediante aporte de acionista e captação de recursos junto a instituições financeiras.

Central Eólica Inhambu S.A. - “CE Inhambu”

A Companhia foi autorizada a se estabelecer como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 35 anos, de acordo com a Portaria MME nº 69, de 22 de fevereiro de 2012, mediante a implantação do projeto acima referido com uma potência instalada inicial de 25,6 MW e 15,5 MW médios de garantia física de energia. Posteriormente, em julho de 2012, foi apresentado um pedido à ANEEL para alteração da potência instalada, que atualmente é de 31,45 MW. Este pedido foi aprovado pelo Ministério de Minas e Energia - MME por meio da Portaria nº 99, de 18 de novembro de 2013.

O total de investimento para a construção do parque foi de aproximadamente R\$180.000 (não auditado), realizado mediante aporte de acionista e captação de recursos junto a instituições financeiras.

Central Eólica Tamanduá Mirim S.A. - “CE Tamanduá Mirim”

A CE Tamanduá Mirim foi autorizada a se estabelecer como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 35 anos, de acordo com a Portaria MME nº 52, de 9 de fevereiro de 2012, mediante a implantação do projeto acima referido com uma potência instalada inicial de 24,0 MW e 13,6 MW médios de garantia física de energia. Posteriormente, em julho de 2012, foi apresentado um pedido à ANEEL para alteração da potência instalada, que atualmente é de 29,6 MW. Este pedido foi aprovado pelo Ministério de Minas e Energia - MME por meio da Portaria nº 45, de 13 de fevereiro de 2014.

O total de investimento para a construção do parque foi de aproximadamente R\$160.000 (não auditado), realizado mediante aporte de acionista e captação de recursos junto a instituições financeiras.

Central Eólica Teiú S.A. - “CE Teiú”

A Companhia foi autorizada a se estabelecer como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 35 anos, de acordo com a Portaria MME nº 36, de 9 de fevereiro de 2012, mediante a implantação do projeto acima referido com uma potência instalada inicial de 17,6 MW e 8,2 MW médios de garantia física de energia. Posteriormente, em julho de 2012, foi apresentado um pedido à ANEEL para alteração da potência instalada, que atualmente é de 16,65 MW. Este pedido foi aprovado pelo Ministério de Minas e Energia - MME por meio da Portaria nº 100, de 21 de novembro de 2013.

O total de investimento para a construção do parque foi de aproximadamente R\$85.000 (não auditado), realizado mediante aporte de acionista e captação de recursos junto a instituições financeiras.

1.1. Comercialização de energia

Empresa do grupo	Compradora	Prazo	Valor total do contrato (em R\$/mil/ano)	Montante vendido (MW h/ano)	Preço (MWh em R\$)	Índice de correção
Central Eólica Angical S.A.	CCEE	20 anos	5.255	52.560	99,98	IPCA
Central Eólica Caititu S.A.	CCEE	20 anos	9.196	91.980	99,98	IPCA
Central Eólica Coqueirinho S.A.	CCEE	20 anos	11.467	118.260	96,97	IPCA
Central Eólica Corrupião S.A.	CCEE	20 anos	11.637	120.012	96,97	IPCA
Central Eólica Inhambu S.A.	CCEE	20 anos	13.166	135.780	96,97	IPCA
Central Eólica Tamanduá Mirim S.A.	CCEE	20 anos	11.552	119.136	96,97	IPCA
Central Eólica Teiú S.A.	CCEE	20 anos	7.181	71.832	99,98	IPCA

1.2. Questões ambientais

As Centrais Eólicas obtiveram suas respectivas Licenças de Operação (LO) pelo prazo de 5 anos, concedidas pelo INEMA - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, por intermédio da publicação dos seguintes atos:

Companhia	Portaria do INEMA nº	Publicado D.O.U. do Estado da Bahia
Central Eólica Angical	9.391	7 de março de 2015
Central Eólica Caititu	10.884	5 de dezembro de 2015
Central Eólica Coqueirinho	10.946	16 de dezembro de 2015
Central Eólica Corrupião	9.391	7 de março de 2015
Central Eólica Inhambu	10.049	21 de julho de 2015
Central Eólica Tamanduá Mirim	10.849	1 de dezembro de 2015
Central Eólica Teiú	9.390	7 de março de 2015

Atualmente, as Centrais Eólicas estão executando os programas básicos ambientais contemplados na Licença de Operação, já tendo atendido todas as condicionantes relativas às Licenças de Instalação e Licenças Prévia.

1.3. Questões regulatórias

Os contratos de reserva de energia de todas as Centrais Eólicas foram firmados com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE por um prazo de 20 anos. O prazo inicial para início das operações era a partir do mês de julho de 2014.

Diversos fatores alheios à gestão do projeto geraram em 2014 e 2015 sucessivos pedidos de alteração do cronograma físico de implantação das 7 centrais geradoras eólicas e, o reconhecimento de que o atraso na implantação decorreu de fatores alheios à gestão do projeto.

Em deliberação ao pedido, a ANEEL publicou os Despachos nº 2.939/2015 em 15/09/2015 e nº 3.433/2015 em 21/10/2015, concatenando o início de operação de todos os parques até 60 dias após a disponibilização das instalações de transmissão da SE Pindaí II e que o período de suprimento dos CERs se inicie no primeiro dia do terceiro mês subsequente à data de disponibilização das instalações de transmissão, ou seja, 1º de fevereiro de 2016.

Em 16 de fevereiro de 2016 na reunião de Diretoria da ANEEL, ficou decidido por unanimidade, não conhecer os Pedidos de Reconsideração interpostos pela BW Guirapá I S.A. em face do Despacho nº 2.939/2015, haja vista que exaurida a esfera administrativa, e, de ofício, esclarecer que os efeitos contratuais (i) referentes a retenção de receita de venda retroaja até a data de obrigação original de entrada em operação comercial; (ii) relativos aos ressarcimento por desvios negativos de energia produza efeitos a partir da entrada em operação comercial das instalações do sistema de transmissão da Subestação Pindaí, em 16 de novembro de 2015, até a data da efetiva entrada em operação comercial das geradoras; e que (iii) a redução contratual é dispositivo de reconciliação para fins de mitigação de incertezas estruturais relacionadas à produção de energia e será analisada no âmbito do Processo nº 48500.000916/2016-21.

A Companhia está monitorando os possíveis desfechos junto ao órgão regulador.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação.

2.4. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2015, apresentadas abaixo:

<u>Razão social</u>	31/12/2015 e
	31/12/2014
	<u>Direta</u>
Central Eólica Angical S.A.	100,00%
Central Eólica Caititu S.A.	100,00%
Central Eólica Coqueirinho S.A.	100,00%
Central Eólica Corrupião S.A.	100,00%
Central Eólica Inhambu S.A.	100,00%
Central Eólica Tamanduá Mirim S.A.	100,00%
Central Eólica Teiú S.A.	100,00%

Transações entre Companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. As práticas contábeis e os períodos contábeis das demonstrações das controladas são idênticos ao da controladora.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A seguir, um resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e controladas:

a) Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, em montante sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. São instrumentos financeiros classificados como ativos financeiros mantidos para negociação (nota explicativa nº 5 e 6) e estão registrados pelo valor do custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, o qual corresponde ao valor justo do instrumento financeiro.

b) Imobilizado

É demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação e amortização acumuladas e perdas para redução do valor recuperável (*impairment*) acumulados, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela Companhia inclui:

- (i) O custo de materiais e mão de obra direta;
- (ii) Adiantamentos concedidos a fornecedores;
- (iii) Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- (iv) Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado; e
- (v) Custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas unidades de cadastro que compõem esses empreendimentos. Os investimentos iniciais nos ativos de geração são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela ANEEL, limitadas ao prazo da concessão ou autorização das usinas. As taxas médias anuais de depreciação dos ativos da Companhia, levando em consideração a mencionada limitação da vida útil, estão demonstradas na Nota 8 - Imobilizado.

c) Investimento

O investimento em controladas está registrado e avaliados com base no método de equivalência patrimonial, sendo reconhecida na demonstração de resultado como receita ou despesa operacional. As demonstrações contábeis das controladas foram elaboradas na mesma data-base, utilizando práticas contábeis consistentes com as práticas contábeis apresentadas pela Companhia.

O ágio fundamentado em rentabilidade futura das investidas foi incluído no valor contábil do investimento da controladora e será amortizado a partir da entrada em operação das investidas. No consolidado, o ágio foi reclassificado para o intangível.

d) Intangível

Inclui os direitos de uso de um ativo para exploração e servidão. O contrato de cessão de direito de uso, transfere o direito de usar o ativo ao contratante pelo período contratado e são classificados como contratos financeiros. Para os contratos financeiros em que a Companhia atua como contratante, os pagamentos são capitalizados no ativo intangível desde o início do contrato.

O ativo é amortizado de acordo com a política aplicável para cada ativo. Para os contratos financeiros, inicialmente, o investimento está reconhecido pelos custos incorridos durante a construção do empreendimento. Nesses casos, o saldo será amortizado pelo período remanescente dos respectivos contratos após a entrada em operação do parque eólico.

e) Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos

A Companhia analisa periodicamente a existência de evidências de não realização do valor contábil de um ativo. Caso sejam identificadas tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo (*impairment*) para determinar eventual provisão para trazer os saldos contábeis aos valores de realização.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizado e intangível da companhia, não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação.

A Administração revisa a recuperação do valor contábil dos ativos não circulantes ou de longa duração, principalmente, o imobilizado e o intangível utilizados nas suas operações. O objetivo dessa revisão é o de determinar e avaliar a ocorrência de eventos ou mudanças nas circunstâncias indicando que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos poderá não ser recuperado.

Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível não recuperação, com base nos fluxos de caixa descontados do negócio projetados para o período correspondente a vida remanescente estimada dos ativos. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (i) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda; e (ii) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Quando uma provisão para redução ao provável valor recuperável é revertida em períodos subsequentes, o valor contábil do ativo é aumentado para refletir a estimativa revisada do valor de realização. O valor da reversão da provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos de vida longa está limitado ao valor da provisão constituída em períodos anteriores, e é registrado no resultado do exercício em que houve a revisão da estimativa.

f) Debêntures e Financiamentos

Estão demonstradas pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos financeiros pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorridos até as datas dos balanços (custo amortizado), líquido dos custos de transação. Os encargos financeiros são apropriados em despesas financeiras, ou capitalizados no ativo imobilizado, durante a etapa de construção do parque eólico.

g) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; ativos financeiros mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza e do propósito do ativo financeiro, que é determinada no seu reconhecimento inicial.

O ativo financeiro deve ser reconhecido na data de sua negociação (data em que a Companhia se comprometer a comprar ou vender um ativo). O método de reconhecimento deve ser consistente para todas as compras e vendas de ativos financeiros que pertençam à mesma categoria.

O ativo financeiro é reconhecido inicialmente pelo seu valor justo, acrescido dos custos de transação vinculados diretamente a sua aquisição ou emissão, exceto para aqueles designados como valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros da Companhia correspondem ao seu caixa e equivalentes de caixa (conta corrente e aplicação financeira). As disponibilidades estão demonstradas pelo custo acrescido da remuneração auferida, por não apresentarem diferença significativa com seu valor de mercado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja obrigação será requerida a ser liquidada, e cujo montante da obrigação é estimada de forma confiável.

Uma obrigação construtiva, ou não formalizada, é aquela que decorre das ações da Companhia que, por via de um padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de uma declaração atual suficientemente específica, indique a outras partes que a Companhia aceitará certas responsabilidades e em consequência, criará uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas da obrigação.

A Companhia baixa os passivos financeiros quando as obrigações são extintas, ou seja, quando as obrigações são liquidadas, canceladas ou prescritas.

h) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

As notas explicativas que requerem a adoção de premissas e estimativas que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro são:

- Imobilizado (nota explicativa nº 8).
- Intangível (nota explicativa nº 9).
- Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos (nota explicativa nº 15)
- Instrumentos financeiros (nota explicativa nº 17).

i) Outros ativos e passivos

Os ativos são demonstrados pelos valores realizáveis e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

j) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

k) Imposto de renda e contribuição social

Conforme facultado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999, a Companhia optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido para o imposto de renda e contribuição social do exercício corrente.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável.

4. ADOÇÃO DOS PADRÕES INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

4.1. Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo IASB - International Accounting Standards Board

As informações referentes aos novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB não tiveram efeito ou efeito material sobre as demonstrações financeiras.

Normas e interpretações novas e revisadas não obrigatórias, mas que podem ser adotadas antecipadamente para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2015, é como segue:

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros (2)
 - IFRS 15 Receitas de Contratos com clientes (2)
 - Modificações à IFRS 11/CPC 19 (R2) Acordo contratual conjunto (1)
 - Modificações às IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis (1)
 - Modificações as IFRSs Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2012-2014 (1)
- (1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.
- (2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRSs anteriormente citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2015. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenham efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Caixa e depósito bancário à vista	25	11	1.106	136

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Fundo de Investimento Referenciado DI Special - Banco Bradesco	-	-	-	21
Operações Compromissadas DI Banco Itaú	-	-	982	-
Fundos de Investimento Unibanco Top DI Referenciado - Banco Itaú	<u>44.618</u>	<u>34.534</u>	<u>49.826</u>	<u>34.534</u>
	<u>44.618</u>	<u>34.534</u>	<u>50.808</u>	<u>34.555</u>

Em 31 de dezembro de 2015, as aplicações financeiras, estão atreladas a cotas de Fundos de Investimentos Itaú Unibanco Top Di referenciado e em Operações Compromissadas com títulos de emissão do Banco Itaú. Ambos estão indexados à variação média de 99% das taxas diárias dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

Essas aplicações financeiras apresentam liquidez diária, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem perdas para a Companhia, motivo pelo qual são classificadas no ativo circulante.

7. INVESTIMENTOS

O investimento da Companhia está representado pela participação em controladas, a saber:

Centrais Eólicas	Ações ordinárias	Participação no capital	Patrimônio líquido		Prejuízo do exercício	
		integralizado - % 31/12/2015 e 31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Angical	680.830	100%	38.637	15.032	(363)	(259)
Caititu	934.625	100%	62.945	11.302	(445)	(1.018)
Coqueirinho	929.440	100%	78.995	19.742	(551)	(1.560)
Corrupião	689.504	100%	71.466	27.710	(650)	(397)
Inhambu	847.070	100%	86.394	29.317	(770)	(1.419)
Tamanduá Mirim	997.455	100%	85.278	18.914	(562)	(1.749)
Teiú	720.738	100%	48.652	15.634	(413)	(371)
Sub - Total			472.367	137.651	(3.754)	(6.773)
Ágio			22.320	22.320		
Total			494.687	159.971		

A movimentação do saldo de investimento está demonstrada abaixo:

Centrais Eólicas	Movimentação dos investimentos			Saldos em 31/12/2015
	Saldos em 31/12/2013	Aumentos	Equivalência	
Angical	5.249	10.042	(259)	38.637
Caititu	8.440	3.879	(1.017)	62.945
Coqueirinho	10.898	10.404	(1.560)	78.995
Corrupião	10.908	17.199	(397)	71.466
Inhambu	12.407	18.330	(1.420)	86.394
Tamanduá Mirim	10.953	9.710	(1.749)	85.278
Teiú	6.550	9.455	(371)	48.652
Sub -Total	65.405	79.019	(6.773)	472.367
Ágio	22.320	-	-	22.320
Total	87.725	79.019	(6.773)	494.687

8. IMOBILIZADO

	Taxas anuais depreciação	Controladora			
		2015	Depreciação acumulada	Saldo líquido	2014
		Custo			Saldo líquido
Veículos	20%	203	(68)	135	176
Móveis e utensílios	10%	25	(5)	20	22
Instalações administrativas	10%	3	-	3	3
Equipamento de comunicação	10%	19	(3)	16	13
Computadores e periféricos	20%	45	(20)	25	34
Terrenos	-	401	-	401	401
Total		696	(96)	600	649

	Taxas anuais depreciação	Consolidado			
		31.12.2015	Depreciação acumulada	Saldo líquido	31.12.2014
		Custo			Saldo líquido
Veículos	20%	203	(68)	135	176
Moveis & utensílios e instalações administrativas	10%	64	(7)	57	32
Máquinas e equipamentos	10%	468	(121)	347	340
Computadores e periféricos	20%	44	(20)	24	33
Imobilizações e equipamentos em andamento (a)	-	700.922	-	700.922	562.060
Contratos de obras/equipamentos em andamento (b)	-	26.284	-	26.284	29.475
Capitalização de juros (c)	-	136.283	-	136.283	60.760
Desmobilização, desmontagem de bens e custos socioambientais	-	25.302	-	25.302	21.093
Terrenos	-	601	-	601	601
Total do custo		890.171	(216)	889.955	674.570

- (a) As imobilizações e equipamentos em andamento compreendem os adiantamentos a fornecedores para compra dos aerogeradores, subestação e linhas de transmissão e os gastos incorridos para a construção dos parques eólicos. Conforme descrito na nota explicativa nº 1 destas demonstrações financeiras, a entrada em operação de todos os parques está prevista para ocorrer ao longo do exercício de 2016, quando dará início a depreciação dos ativos imobilizados.
- (b) Compreendem as provisões de pagamentos a fornecedores para compra dos aerogeradores, subestação e linhas de transmissão e os gastos incorridos, mas ainda não faturados, para a construção dos parques eólicos. O saldo remanescente dos respectivos contratos, serão amortizados após a entrada em operação dos parques eólicos.
- (c) Os encargos financeiros decorrentes da emissão de debêntures e do financiamento do BNDES, líquidos dos rendimentos das aplicações financeiras apurados pelo investimento de parte desses recursos, foram capitalizados no imobilizado das Centrais Eólicas, visto que foram utilizados exclusivamente para a construção do parque eólico. Esses encargos financeiros serão incorporados aos bens do ativo no momento de sua unitização para serem amortizados quando do início da operação dos parques, limitados ao prazo de concessão

A movimentação dos saldos do ativo imobilizado está representada por:

	Controladora				
	31.12.2013	Adições	31.12.2014	Adições	31.12.2015
<u>Custo</u>					
Veículos	-	203	203	-	203
Moveis e utensílios e instalações administrativas	18	10	28	-	28
Equipamentos de comunicação	15	-	15	4	19
Computadores e periféricos	36	9	45	-	45
Terrenos	401	-	401	-	401
Total do custo	470	222	692	4	696

	Controladora				
	<u>31.12.2013</u>	<u>Adições</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>Adições</u>	<u>31.12.2015</u>
<u>Depreciação</u>					
Veículos	-	(27)	(27)	(41)	(68)
Moveis e utensílios e Instalações administrativas	(1)	(2)	(3)	(2)	(5)
Equipamentos de comunicação	-	(2)	(2)	(1)	(3)
Computadores e periféricos	(3)	(8)	(11)	(9)	(20)
Total da depreciação	<u>(4)</u>	<u>(39)</u>	<u>(43)</u>	<u>(53)</u>	<u>(96)</u>
Total do imobilizado líquido	<u>466</u>	<u>183</u>	<u>649</u>	<u>(49)</u>	<u>600</u>

	Consolidado						
	31.12.2013	Adições	Transferência	31.12.2014	Adições	Transferências/ baixas	31.12.2015
<u>Custo</u>							
Veículos	-	203	-	203	-	-	203
Móveis e utensílios e Instalações administrativas	26	9	-	35	29	-	64
Máquinas e equipamentos	412	13	-	425	43	-	468
Computadores e periféricos	36	8	-	44	-	-	44
Imobilizações e equipamentos em andamento	323.272	231.349	7.439	562.060	131.842	7.020	700.922
Contratos de obras e equipamentos em andamento	18.381	18.531	(7.437)	29.475	3.829	(7.020)	26.284
Capitalização de juros	15.304	45.456	-	60.760	75.523	-	136.283
Desmobilização, desmontagem de bens e custos socioambientais	6.461	14.634	(2)	21.093	7.101	(2.892)	25.302
Terrenos	601	-	-	601	-	-	601
Total do custo	364.493	310.203	-	674.696	218.367	(2.892)	890.171
<u>Depreciação</u>							
Veículos	-	(27)	-	(27)	(41)	-	(68)
Móveis e utensílios e Instalações administrativas	(1)	(2)	-	(3)	(4)	-	(7)
Máquinas e equipamentos	(42)	(43)	-	(85)	(36)	-	(121)
Computadores e periféricos	(3)	(8)	-	(11)	(9)	-	(20)
Total da depreciação	(46)	(80)	-	(126)	(90)	-	(216)
Total do imobilizado líquido	364.447	310.123	-	674.570	218.277	(2.892)	889.955

9. INTANGÍVEL

Custo	Consolidado				
	31.12.2013	Adições	31.12.2014	Adições	31.12.2015
Ágio na aquisição de investimento (a)	22.320	-	22.320	-	22.320
Direitos de uso de imóveis rurais (b)	2.376	3.058	5.434	6.133	11.567
Encargos financeiros capitalizados	78	418	496	1.300	1.796
Total do custo	24.774	3.476	28.250	7.433	35.683

(a) Ágio fundamentado em rentabilidade futura das investidas foi incluído no valor contábil do investimento da controladora e será amortizado a partir da entrada em operação das investidas. No consolidado, o ágio foi reclassificado para o intangível.

(b) Refere-se aos contratos de cessão de direito de uso, que concede ao contratante os direitos de uso de um ativo para exploração e servidão.

10. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo a pagar aos fornecedores de máquinas, equipamentos, empresas prestadoras de serviços técnicos especializados e de engenharia, está assim representado:

Principais fornecedores	Equipamento/Serviço	Valor a realizar	
		31/12/2015	31/12/2014
GE Wind	Aerogeradores	2.407	23.176
Consorcio Darcy Pacheco / Eum			
South/G Wind	Montagem Aerogeradores	2.728	3.012
CONFER / Aggreko	Obras civis	6.645	8.158
W & M/Alstom Grid/Energisa/Top			
Bahia	Sistemas elétricos	14.453	93
	Ambientais		
Bioconsultoria / Rally Construções	/Reassentamento	199	492
		26.432	34.931
Empresas de transmissão de energia	Tarifas de transmissão	447	153
Diversos	Outras contas a pagar	1.590	727
		28.469	35.811

Com o processo de conclusão das obras de construção em 2016, a Administração da Companhia está iniciando as negociações com os fornecedores para obtenção dos respectivos termos de quitação dos contratos de construção dos parques eólicos. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo da conta de fornecedores reflete o atual estágio das referidas negociações e, na avaliação da Administração, não haverá quaisquer passivos adicionais quando os referidos termos de quitação forem obtidos ao longo do exercício de 2016.

11. DEBÊNTURES

Em 5 de agosto de 2013, a Reunião do Conselho de Administração das Centrais Eólicas aprovou a realização da 1ª emissão de debêntures simples, da espécie com garantia real e adicional fidejussória, em uma única série, não conversíveis em ações, no valor total de R\$416.000, com juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescidos de 1,55% ao ano até 20/08/2014.

Em 18 de agosto de 2014, foi assinado o 1º Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, repactuando o vencimento para 20 de agosto de 2015. Foi também alterado a taxa de juros remuneratórios, que passou de 1,55% aa, para 1,20% aa, a partir de 20/08/2014.

Em 18 de agosto de 2015, foi assinado o 3º Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, repactuando o vencimento para 16 de fevereiro de 2016. Foi também alterado a taxa de juros remuneratórios, que passou de 1,20% aa, para 1,75% aa, a partir de 20/08/2015.

Os recursos obtidos por cada Central Eólica com a oferta foram utilizados na construção dos parques eólicos. As debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos, dispensada do registro perante a CVM, sob o regime de garantia firme, nos termos da Instrução CVM nº 476 e do contrato de distribuição, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários. As debêntures foram registradas para negociação no mercado primário no SDT - Sistema de Distribuição de Títulos por meio do Módulo Nacional de Debêntures, administrado e operacionalizado pela CETIP.

A seguir a mutação dos saldos de debêntures:

	Quantidade	2015	2014
Saldo inicial	399.000	485.629	332.493
Emissão em 14/03/2014	17.000	-	101.865
Amortização - principal e juros em 19/10/2015	-	(170.157)	-
Amortização - principal e juros em 29/10/2015	-	(134.742)	-
Amortização - principal e juros em 09/11/2015	-	(132.944)	-
(-) Custos de emissão a apropriar	-	(12.170)	(2.762)
Amortização de custos de emissão - capitalizada	-	12.170	2.762
Juros provisionados - capitalizados	-	61.816	51.271
Totais	<u>416.000</u>	<u>109.602</u>	<u>485.629</u>

Garantia Real: (I) Foram concedidas as ações de emissão das Centrais Eólicas de titularidade da BW Guirapá, bem como todas as vantagens e direitos que forem atribuídos aos Direitos de Participação das Centrais Eólicas; (II) alienação fiduciária de máquinas e equipamentos do Projeto; (III) cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos creditórios; e (IV) cessão fiduciária dos recursos existentes na conta de recebimento de titularidade da BW Guirapá.

Garantia Fidejussória: A BW Guirapá é responsável por todas as obrigações pecuniárias assumidas pelas Emissoras nos termos da Escritura.

12. FINANCIAMENTO BNDES

Em 6 de outubro de 2015 as Centrais Eólicas assinaram, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), os contratos de financiamento de construção do parque eólico. O financiamento está distribuído pelas SPE's da seguinte forma:

	<u>Nº do contrato</u>	<u>Subcrédito A</u>		<u>Liberação</u>	<u>Subcrédito B</u>	<u>Subcrédito C</u>	<u>Total</u>
Angical	15.2.0345.1	R\$22.474	(1)	28/10/2015	R\$6.342	-	R\$28.816
Caititu	15.2.0346.1	R\$39.330	(1)	28/10/2015	R\$11.098	-	R\$50.428
Coqueirinho	15.2.0347.1	R\$49.446	(2)	21/12/2015	R\$14.268	-	R\$63.714
Corrupião	15.2.0348.1	R\$46.080	(1)	28/10/2015	R\$14.480	-	R\$60.560
Inhambu	15.2.0344.1	R\$69.391	(3)	25/11/2015	R\$16.382	R\$1.945	R\$87.718
Tamanduá Mirim	15.2.0349.1	R\$50.942	(4)	25/11/2015	R\$14.374	-	R\$65.316
Teiú	15.2.0343.1	R\$25.741	(1)	28/10/2015	R\$8.667	-	R\$34.408

(1) Liberação da totalidade do subcredito A

(2) Liberação da quantia de R\$45.000 do subcredito A

(3) Liberação da quantia de R\$51.000 do subcredito A

(4) Liberação da quantia de R\$46.000 do subcredito A

Os Contratos de Financiamento possuem as seguintes condições contratuais:

- Taxa de juros - TJPL + 2,65% aa.;
- Prazo e forma de pagamento - subcréditos A e B em 192 parcelas mensais e sucessivas vencendo a 1ª em 15/12/2015 e a última em 15/11/2031 e; subcrédito C em 180 parcelas mensais e sucessivas vencendo a 1ª em 15/12/2016 e a última em 15/11/2031;
- Garantias (a) - Obrigação de realizar o penhor da totalidade das ações existentes das Controladas, de propriedade da holding BW Guirapá I S.A, com a interveniência de seus acionistas controladores, Santander Participações S.A e Brazil Wind S.A., bem como quaisquer outras ações que venham a ser subscritas durante a vigência do contrato de financiamento;
- Garantias (b) - Obrigação de realizar a cessão dos direitos creditórios provenientes do Contrato de Energia de reserva nº 144/11 celebrado entre as Controladas e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) em 18/06/2012 e seus respectivos aditivos;
- Garantias (c) - Obrigação de realizar a cessão dos direitos creditórios provenientes de quaisquer outros contratos de venda de energia que venham a ser celebrados pelas Controladas como também ou outras receitas e direitos gerados pelo projeto financiado.
- Garantias (d) - Fiança bancária.
- O contrato junto ao BNDES possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos. Em 31 de dezembro de 2015, os índices não estão sendo exigidos pois as Controladas encontram-se em fase pré-operacional.

A movimentação da conta de financiamentos foi a seguinte:

<u>Descrição</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2015</u>
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	275.626
Encargos de dívidas - Juros e variação monetária	3.224
Pagamento - Principal e juros	(1.631)
IOF sobre financiamento	(5.048)
Saldos finais - 2015	<u>272.171</u>
Circulante	34.089
Não circulante	238.082

13. FIANÇA BANCÁRIA

Em 16 de outubro de 2015, para garantir as obrigações assumidas perante o BNDES, foi contratada uma fiança para cada Central Eólica, junto ao Banco Bradesco S.A., no valor total de R\$390.961, pelo prazo de 24 meses, contados da data de emissão de cada carta de fiança.

Os encargos sobre o valor afiançado são: comissão de 2,25% aa sobre o valor de cada carta de fiança emitida, com pagamento após 12 meses da data de emissão.

Sobre os valores da fiança não utilizada, será cobrado uma taxa de compromisso de 1% aa, pro-rata temporis, com pagamentos trimestrais, sendo que a 1ª taxa de compromisso será devida 30 dias após o dia 16/10/2015, data da assinatura do contrato da fiança.

Após o BNDES atestar a conclusão física do projeto e, que todas as formalidades legais da constituição das garantias do contrato de financiamento foram cumpridas, o valor da fiança poderá ser reduzido ao nível de 40% da dívida.

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2015</u>
Comissão de fiança a pagar	944
Comissão de compromisso a pagar	<u>185</u>
	<u>1.129</u>

14. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Impostos retidos de terceiros	188	148	906	319
Auto de Infração ANEEL	-	-	<u>580</u>	-
	<u>188</u>	<u>148</u>	<u>1.486</u>	<u>319</u>

O saldo da conta Impostos retidos e terceiros, é composto pelas retenções de Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS, COFINS, ISS e INSS, nas notas fiscais de prestadores de serviço.

Os Autos de Infração referem-se a multa pelo descumprimento do cronograma de implantação do parque, lavrada em 6 de abril de 2015 pela Superintendência de Fiscalização de Serviços de Geração (SFG/ANEEL) nos valores de R\$43 (Angical), R\$110 (Inhambu), R\$97 (Corrupião), R\$96 (Coqueirinho), R\$77 (Caititu), R\$97 (Tamanduá Mirim) e R\$60 (Teiu).

15. PROVISÃO PARA CUSTOS SÓCIO-AMBIENTAIS E DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

Custos socioambientais

Considerando que: (a) até a entrada em operação comercial dos parques eólicos, as Centrais Eólicas obtiveram todas as licenças ambientais e, conseqüentemente, têm uma obrigação de cumprir as condicionantes nela constantes para poder operar; (b) que essa obrigação decorre de eventos já ocorridos (construção do empreendimento); e (c) que se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, as Centrais Eólicas provisionam os custos socioambientais no passivo não circulante, quando aplicável, e incorpora tal custo no imobilizado durante o período de construção dos empreendimentos.

Após a entrada em operação, tais custos são registrados diretamente no resultado. A provisão é registrada com base em orçamentos de gastos futuros elaborados pela Administração das Centrais Eólicas, os quais são considerados suficientes para os desembolsos futuros durante a fase de operação.

Os principais programas socioambientais listados na LO são os seguintes:

- Plano de Controle e Monitoramento de Ruído;
- Programa de Sinalização e Controle de Tráfego;
- Programa de monitoramento dos Recursos Hídricos, dos cursos d'água existentes na área de influência direta;
- Plano de Gerenciamento de Risco;
- Plano de Segurança e Emergência, contemplando a capacitação e treinamentos para a atuação de emergências e incêndios;
- Plano de Segurança e Controle de Emissão de Partículas;
- Plano de Manutenção Preventiva para os equipamentos do parque eólico e subestação de energia;
- Realizar a manutenção dos sistemas de drenagem superficial e revegetação dos taludes de corte e aterro;
- Implantar os leitos de secagem na ETE do canteiro de obras;
- Continuar utilizando o efluente oriundo da ETE bem como a água da CSAO;
- Dar continuidade ao Plano de Monitoramento de Fauna para os grupos de avifauna e quiropteroфаuna, contemplando ações de salvamento de animais feridos, que se fizerem necessários ao longo da operação do empreendimento;
- Programa de Comunicação Social e Monitoramento de Indicadores socioeconômicos;
- Programa de Educação Ambiental dando ênfase na Educação Patrimonial;

- Dar continuidade à Comissão de Acompanhamento do Empreendimento, com a participação de representantes da empresa e atores sociais envolvidos, representantes dos municípios existentes na área de influência do empreendimento;
- Implementar Projeto de Fontes Autônomas de Energias Renováveis apresentado pela Companhia, buscando conciliar a proposta mais viável ambientalmente e economicamente.

Em 31 de dezembro de 2015, a provisão para custos socioambientais é de R\$5.023 no passivo não circulante (R\$6.693 em 2014) no consolidado.

Custo de desmobilização de ativos

As Centrais Eólicas assumiram obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a contratos de cessão de direito de uso de terrenos onde estão localizados os parques eólicos. A provisão é mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e pelas mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo da conta provisão para desmobilização de ativos é de R\$20.279 no passivo não circulante (R\$14.400 em 2014) no consolidado.

O total da provisão para desmobilização e para custos socioambientais em 31 de dezembro de 2015 somam R\$25.302 (R\$21.093 em 2014), no consolidado.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$580.027 (R\$224.488 em 2014).

O capital está composto por 959.931 ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas, sem valor nominal, todas subscritas e integralizadas, sendo 128.870 ações pela Brazil Wind S.A e 831.061 pelo Santander Participações S.A..

Em 2014 o capital estava composto por 381.181 ações ordinárias integralizadas sendo 128.870 pela Brazil Wind S.A e 252.311 pelo Banco Santander (Brasil) S.A.

Em 2015, o Santander Participações S.A. efetuou as seguintes integralizações de capital:

28/04/2015 - Valor de R\$75.539 equivalentes a 122.962 ações ordinárias nominativas.

01/09/2015 - Valor de R\$25.000 equivalentes a 40.696 ações ordinárias nominativas.

15/10/2015 - Valor de R\$219.000 equivalentes a 356.491 ações ordinárias nominativas.

08/12/2015 - Valor de R\$36.000 equivalentes a 58.601 ações ordinárias nominativas.

Em 18 de dezembro de 2014, por intermédio de um termo aditivo ao acordo de investimentos, o Banco Santander transferiu suas ações para sua controlada Santander Participações S.A., holding de investimentos na área de energia.

b) Destinação dos lucros

Aos acionistas é garantido, estatutariamente, um dividendo mínimo obrigatório de 10% do lucro líquido, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações e o excedente será destinado à formação de reserva para investimentos e expansão.

c) Prejuízo por ação

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
NUMERADOR		
Prejuízo do exercício	(10.710)	(15.711)
DENOMINADOR		
Média ponderada das ações	<u>582.258</u>	<u>257.328</u>
Prejuízo por lote de mil ações básico em R\$	<u>(18,39)</u>	<u>(61,13)</u>

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Políticas e categorias dos instrumentos financeiros

A Companhia entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, e a Administração entende que os valores registrados se aproximam de seu valor justo. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota ocorreu em razão de sua relevância.

Não é prática da Companhia, contratar instrumentos financeiros para fins especulativos. Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Companhia não detinha instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. A classificação dos instrumentos financeiros da Companhia está apresentada a seguir:

	Valor contábil e valor justo			
	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Ativos financeiros:				
Mensurados ao valor justo por meio do resultado:				
Caixa e depósitos bancários à vista	25	11	1.106	136
Aplicações financeiras	44.618	34.534	50.808	34.555
Passivos financeiros:				
Passivos financeiros avaliados ao custo amortizado				
Fornecedores e Transações com partes relacionadas	19	83	28.488	35.894
Debêntures	-	-	109.602	485.629
Financiamento BNDES	-	-	272.171	-
Fiança	-	-	1.129	-

b) Classificação dos instrumentos financeiros

Ativos financeiros - possuem as seguintes classificações: (i) empréstimos concedidos e recebíveis; (ii) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (iii) mantidos até o vencimento; e (iv) disponíveis para venda.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia somente possuía ativos financeiros na Categoria ii (Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras).

Passivos financeiros - Também classificáveis na Categoria II, os passivos financeiros são substancialmente representados por fornecedores, debêntures e financiamento BNDES. Os passivos financeiros estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária.

Quando aplicável, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período.

c) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do CDI, relativos a debêntures e aplicações em reais e às variações relacionadas a taxa TJLP, relativo ao financiamento do BNDES.

d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de cláusulas contratuais previstos em contratos de debêntures.

e) Risco de escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estar entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bem estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

f) Análise de Sensibilidade para exposição de taxa de juros

Abaixo está demonstrada uma análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que representam risco para a Companhia. O cenário provável representa o valor justo dos instrumentos financeiros, considerando a projeção das variáveis de risco para um período de 12 meses. O cenário base foi obtido através de premissas disponíveis no mercado e considera a variação para 31 de dezembro de 2015: CDI (14,75%) / TJLP BNDES (7,5%).

	Exposição 31/12/2015	Risco	Impacto	Cenários		
				Provável	Possível (+25%)	Remoto (+50%)
Controladora - Operação						
Aplicações financeiras	44.618	Baixa do CDI	Resultado	6.581	4.935	3.291
Consolidado - Operação						
Aplicações financeiras	50.808	Baixa do CDI	Resultado	7.494	5.621	3.747
Debêntures	109.602	Alta do CDI	Resultado	16.166	20.208	24.249
Financiamento	272.171	Alta da TJLP	Resultado	20.413	25.516	30.620

18. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia está inserida na cobertura de seguros contratada para os sete parques eólicos pela Controladora, contra riscos de engenharia, responsabilidade civil geral, garantia ao fornecedor e garantia do fiel cumprimento do leilão no montante de R\$538.117.

As Centrais Eólicas estão trabalhando para realizar a transição do seguro contra riscos de engenharia, para o seguro de riscos operacionais assim que cada SPE entrar em operação. O montante do novo seguro será de R\$763.202 e o de responsabilidade civil será de R\$20.000.

A Administração entende que as coberturas representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas.

(*) A avaliação da Administração quanto à adequação das coberturas dos seguros não foi examinada pelos auditores independentes.

19. CESSÃO DE USO DE SOLO

Em 31 de dezembro de 2015, as 59 propriedades que possuem contratos de cessão de uso de solo firmados para implementação dos 7 parques eólicos controlados pela BW Guirapá I S.A., descritos no contexto operacional, estão regularizadas no Registro Geral de Imóveis.

Os contratos de cessão de uso de solo operacional firmados pela Companhia têm a vigência de 35 anos e preveem o pagamento anual de R\$519, o que equivalente a 0,67% da energia gerada. O reajuste será realizado com base na variação do IPCA, divulgado pelo IBGE.

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos das operações mantidas com partes relacionadas podem ser resumidos conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Passivo não circulante:				
Outras contas a pagar:				
Brazil Energy S.A. (a)	<u>19</u>	<u>83</u>	<u>19</u>	<u>83</u>
Total	<u>19</u>	<u>83</u>	<u>19</u>	<u>83</u>

(a) Referem-se ao reembolso de despesas dos serviços compartilhados e foram realizadas em condições consideradas pela Administração da Companhia como compatíveis com as de mercado nas datas das operações. Sobre essas operações não incidem atualizações monetárias e encargos financeiros.

A remuneração do pessoal-chave da Administração no exercício de 2015 foi efetuado pela empresa *holding* BW Guirapá I S.A. no valor de R\$1.553.

21. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO O CAIXA

	Consolidado	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Encargos financeiros capitalizados	76.823	51.271
Provisão para fornecedores	6.592	24.865
Provisão para desmobilização e custos socioambientais	4.209	15.715

22. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria e autorizadas para emissão em 25 de abril de 2016.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

a. Em 2 de fevereiro de 2016, por intermédio do Despacho nº 278, publicado no Dou de 10/02/2016, a ANEEL, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta dos Processos nº 48500.001339/2015-11, 48500.001340/2015-38, 48500.001341/2015-82, 48500.001342/2015-27, 48500.001343/2015-71, 48500.001344/2015-16 e 48500.001345/2015-61, decide (i) conhecer e não dar provimento aos Recursos Administrativos interpostos pelas empresas Centrais Geradoras Eólicas do complexo BW Guirapá I, em face, dos Autos de Infração nos 11/2015-SFG, 8/2015-SFG, 7/2015-SFG, 6/2015-SFG, 5/2015-SFG, 9/2015-SFG e 10/2015-SFG, lavrados pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração - SFG; e (ii) manter na integralidade as penalidades de multas aplicadas nos respectivos Autos de Infração, nos valores de R\$39 (Angical), R\$98 (Inhambu), R\$87 (Corrupião), R\$86 (Coqueirinho), R\$69 (Caititu), R\$86 (Tamanduá Mirim) e R\$54 (Teiu), os quais foram quitados em 24/02/2016, atualizados nos termos da legislação.

- b. Conforme tabela abaixo, em fevereiro a Aneel autorizou a entrada em operação das SPE's:

SPE	Data de entrada em operação	Processo na ANEEL N°
Angical	05/02/2016	48500.000882/2012-41
Corrupião	05/02/2016	48500.001230/2012- 23
Inhambu	05/02/2016	48500.001228/2012-54
Teiú	05/02/2016	48500.000877/2012-38
Caititu	16/02/2016	48500.001052/2012-31
Tamanduá Mirim	16/02/2016	48500.001051/2012-96
Coqueirinho	17/02/2016	48500.001059/2012-52

- c. Em 11 de fevereiro de 2016, a Assembleia Geral dos Debenturistas aprovou a alteração na data de vencimento das debêntures para 18 de agosto de 2016. Foi também alterada a taxa de juros remuneratórios que passou de 1,75% a.a., para 2,05% a.a., a partir de 16/02/2016.
- d. Foi contratado o seguro de riscos operacionais no montante de R\$763.202 para todas as empresas controladas pela BW Guirapá e um seguro de responsabilidade civil no montante de R\$20.000.
- e. As Centrais Eólicas receberam em 2016 a quantia de R\$66.954, referentes ao subcredito B, conforme contrato de financiamento do BNDES, assim distribuídos:

<u>Central Eólica</u>	<u>Data do crédito</u>	<u>Valor</u>
Angical	26 de fevereiro de 2016	2.238
Caititu	29 de março de 2016	7.291
Coqueirinho	26 de fevereiro de 2016	13.364
Corrupião	26 de fevereiro de 2016	6.488
Inhambu	26 de fevereiro de 2016	16.000
Tamanduá Mirim	29 de março de 2016	14.374
Teiú	26 de fevereiro de 2016	7.199
		66.954